

Construção Civil leva

29 MAI 1987

que trava a crise a Constituinte

A construção civil de Brasília também está participando da crise por que passa o setor empresarial do País devido, principalmente, à falta de obras, o retardamento na liberação de reajustes para obras que foram alocadas no período do Plano Cruzado I e que deveriam ter sido majoradas em novembro e o aumento, de cerca de 200 por cento, do material de construção.

Estas preocupações foram levadas pelos empresários do setor, através da Associação Brasileira de Construtores (Asbraco), ao deputado Valmir Campelo (PFL-DF) em debate promovido na sede da associação ontem quando foi entregue ao parlamentar um documento com as reivindicações dos construtores. A Asbraco pretende realizar debates com todos constituintes da bancada brasileira na busca de apoio e soluções para seus problemas.

Como medida urgente a Asbraco coloca como prioridade a aplicação, por parte do GDF, do decreto 10.349/87 assinado pelo governador José Aparecido que concede reajuste às empresas alocadas pelo governo. A preocupação dos construtores está relacionada principalmente à Caesb "que está sendo mais retardatária na aplicação" em relação a outras órgãos do governo.

No âmbito do GDF a Asbraco reivindica, ainda, que seja cancelada a retrovenda para os construtores que adquiriram terrenos da Terracap em 1985 nos setores de armazenagem e abastecimento e no de oficinas. A retrovenda determina que após a compra do lote sejam construídas as instalações em um prazo estabelecido na faixa dos 30 meses, prorrogáveis por mais seis. Dirceu Cortez explica que o item retrovenda, criado para evitar a especulação com os lotes, já não é válido "até certo ponto".

A entidade entende também que deve-se agilizar a criação de incentivos fiscais, nos moldes da Sudam e Sudene, para aplicação de recursos na região

geoeconômica de Brasília para criação de um pólo de agroindústria com vistas a ampliar o desenvolvimento.

Segundo Dirceu Cortez a implantação de um desenvolvimento ordenado na geoeconômica mudaria o quadro das pequenas cidades criando um cinturão de contenção do fluxo migratório para o DF. A proposta de criação de um Conselho de Administração da região geoeconômica, da deputada Márcia Kubitschek (PMDB-DF), também tem o apoio da Asbraco. O conselho teria como função estabelecer o relacionamento dos governos envolvidos e levantar as condições e propostas a serem adotadas com relação à área geoeconômica.

Com relação aos direitos dos trabalhadores e as propostas apresentadas pela subcomissão da Constituinte encarregada de estudar o assunto, a Asbraco mantém posições que divergem, em sua base, com os anseios e reivindicações das entidades classistas dos trabalhadores. A entidade, segundo seu diretor-secretário, está preocupada com a possível aprovação da estabilidade no emprego e jornada de 40 horas semanais.

Dirceu Cortez alega que a aprovação destes itens inviabilizaria a existência de várias empresas. No caso da construção civil, argumenta que o setor é sazonal utilizando-se de determinado tipo de mão-de-obra conforme as necessidades e à quantidade de construções a cargo da empresa, não sendo possível estender a todos trabalhadores o direito de estabilidade no emprego sob pena de inviabilizar a empresa.

Para Dirceu Cortez estas questões relativas à estabilidade no emprego deveriam ser encaradas e discutidas de forma diferenciada levando-se em conta a sazonalidade de diversos setores. Sobre a jornada de 40 horas, Cortez, entende que isso vem a ser "uma temeridade já que no momento atual do País é necessário um maior volume de trabalho para aumentar a produção".

CORREIO BRASILEIRO